



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 13805.008930/98-75  
Recurso nº. : 144.412  
Matéria : IRF - Ano(s): 1998  
Recorrente : SIMÃO E GABRIADES VESTIBULARES LTDA.  
Recorrida : 5ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I  
Sessão de : 24 de maio de 2006

R E S O L U Ç Ã O Nº. 104-1.984

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por SIMÃO E GABRIADES VESTIBULARES LTDA.

RESOLVEM os Membros da Quarta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, CONVERTER o julgamento em diligência, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

*Maria Helena Cotta Cardozo*  
MARIA HELENA COTTA CARDOSO  
PRESIDENTE

*Remis Almeida Estol*  
REMIS ALMEIDA ESTOL  
RELATOR

FORMALIZADO EM: 26 MAI 2006

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros NELSON MALLMANN, OSCAR LUIZ MENDONÇA DE AGUIAR, PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA, HELOÍSA GUARITA SOUZA e GUSTAVO LIAN HADDAD. Ausente a Conselheira MARIA BEATRIZ ANDRADE DE CARVALHO.

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 13805.008930/98-75  
Resolução nº. : 104-1.984

Recurso nº. : 144.412  
Recorrente : SIMÃO E GABRIADES VESTIBULARES LTDA.

## RELATÓRIO

Pretende o contribuinte SIMÃO E GABRIADES VESTIBULARES LTDA., inscrito no CNPJ sob nº. 60.893.138/0001-99, a restituição do valor recolhido pela Gráfica e Editora Anglo Ltda., em 11/02/1998, conforme Darf de fls. 02, a título de IRRF incidente sobre a distribuição do lucro apurado em 31/12/1995, solicitando que o mesmo seja compensado conforme pedido de fls. 09.

A Delegacia da Receita Federal em São Paulo (SP), ao examinar o pleito, indeferiu o pedido, através do Despacho Decisório de fls. 12/13, argumentando que o fato gerador que deu origem à referida retenção seria regido pelo artigo 2º. da Lei nº. 8.849/94, que prevê a tributação definitiva no caso de impossibilidade de compensação do imposto anteriormente retido com o IRRF sobre resultados distribuídos pela pessoa jurídica beneficiária do rendimento.

Novos argumentos foram dirigidos à Delegacia da Receita Federal de Julgamentos em São Paulo - SP, através de manifestação de inconformidade da interessada, às fls. 20/22, com as seguintes alegações, em síntese:

"Que apenas o caput do artigo 2º. da Lei nº. 8.894/94 permanece em vigor, visto que, os parágrafos deste mesmo dispositivo legal foram revogados pelo artigo 10 da Lei nº. 9.249/1995, por serem incompatíveis;

Que o artigo 74 da Lei nº. 9.430/1996, o qual autoriza a utilização de créditos a serem resarcidos ou restituídos ao contribuinte para a quitação de quaisquer tributos e contribuição administrados pela SRF, produziu efeitos a partir de 01/01/1997, ou seja, um ano e meio antes do pedido de compensação da requerente. Consequentemente a Suplicante, ao formular o pedido de compensação e ou restituição indeferido pela R. Decisão "a

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 13805.008930/98-75  
Resolução nº. : 104-1.984

quo", já tinha o direito de fazê-lo com qualquer tributo ou contribuição administrado pela SRF;

Finaliza a manifestação de inconformidade pedindo a reforma da decisão que indeferiu o pedido de restituição/compensação em tela."

A autoridade julgadora, às fls. 29/32, através do Acórdão DRJ/SPOI nº. 5.311, de 26 de abril de 2004, indeferiu a manifestação de inconformidade interposta pelo contribuinte, com os seguintes argumentos, em síntese:

"Inicialmente cumpre consignar que não consta dos autos qualquer documento que comprove que a interessada é a titular dos rendimentos que deram origem à retenção objeto da presente lide. Assim, em tese, o pedido de restituição/compensação deveria ser indeferido nos termos do artigo 166 do CTN, visto que: "o reconhecimento do crédito tributário somente será feito a quem prove haver assumido o referido encargo financeiro".

No entanto, o indeferimento está fundamentado no artigo 2º. da Lei nº. 8.849/1994, alterado pela Lei nº. 9.064/1995 que prevê a tributação definitiva no caso de impossibilidade de compensação como IRRF incidente sobre resultados distribuídos pela pessoa jurídica beneficiária do rendimento.

Segundo o disposto na citada norma o tratamento tributário dispensado ao IRRF incidente sobre os lucros distribuídos à pessoa jurídica não é o crédito passível de compensação. A regra geral é a tributação definitiva. A compensação prevista na alínea "b" do parágrafo 1º tem por objetivo evitar a bi-tributação do resultado positivo em participações societárias, visto que, o resultado em questão integra o lucro líquido da empresa que por sua vez é base de cálculo de uma eventual distribuição de lucros.

Como se vê, o IRRF objeto do pedido de restituição de fls. 01, não tem a natureza de imposto pago a maior ou indevidamente. Dito de outra forma: não é passível de restituição ou ressarcimento, logo, não pode ser utilizado para compensação de outros débitos do contribuinte."

Devidamente cientificado dessa decisão em 29/11/2004, ingressa o contribuinte com tempestivo recurso voluntário em 28/12/2004, às fls. 44/46, com os seguintes argumentos:



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 13805.008930/98-75  
Resolução nº. : 104-1.984

"A mais ligeira análise dos documentos acostados a este recurso demonstra inequivocamente que a Recorrente:

- a) é quotista majoritária da Gráfica e Editora Anglo Ltda., conforme o demonstra as alterações contratuais desta última (docs. 1 e 2);
- b) distribuiu lucros aos seus sócios em 31/08/1997 que, referindo-se a resultados apurados no seu balanço de 31/12/95, sofreram o desconto do imposto de renda na fonte pela alíquota de 15% (docs. 3 a 6);
- c) recebeu, em 04/02/98, lucros que lhe foram distribuídos pela Gráfica e Editora Anglo Ltda.; como estes valores também eram oriundos do balanço encerrado por esta Sociedade em 31/12/95, sofreram o desconto do imposto de renda na fonte pela alíquota de 15% (docs. 7 a 10);

Ora, aplicando-se o art. 2º, § 1º, da Lei nº. 8.849/94 modificado pelo art. 2º da Lei 9.064/95, chega-se à inequívoca conclusão que a Suplicante pode perfeitamente compensar o imposto de renda com antecipação de imposto de renda sobre o lucro real, uma vez que, **EM NENHUM MOMENTO, ESTE DISPOSITIVO LEGAL EXIGE QUE LUCROS RECEBIDOS COM DESCONTO DE IMPOSTO DE RENDA NA FONTE POSSAM SER COMPENSADOS COM LUCROS POSTERIORMENTE RECEBIDOS.**

Por outro lado não se pode olvidar que o art. 74 da Lei 9.430 de 27/12/96, regulamentado pelo art. 1º do Decreto 2.138 de 29/1/97 e disciplinado pela IN-SRF 21/97 de 10/3/97, em vigor na data das distribuições de lucro acima, autorizaram a utilização de créditos a serem ressarcidos ou restituídos ao contribuinte para a quitação de **QUAISQUER TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.**

Consequentemente, estando em vigor desde 1/1/97 o art. 74 da Lei 9.430/96, ou seja, um ano e meio antes das distribuições de lucros supra descritas, conclui-se que a Suplicante tem o pleno direito de compensar o tributo que lhe foi descontado na fonte nos termos deste mesmo dispositivo legal".

Apenas a este processo está a Representação/Lançamento de Ofício nº. 13.807-006.719/2003-13, na qual consta às fls. 17 determinação da DRF em São Paulo para que se prossiga com a cobrança dos créditos tributários indevidamente compensados, tendo em vista o art. 17 da Medida Provisória nº. 135/2003: "A declaração de compensação



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 13805.008930/98-75  
Resolução nº. : 104-1.984

*constitui confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência dos débitos indevidamente compensados".*

É o Relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 13805.008930/98-75  
Resolução nº. : 104-1.984

V O T O

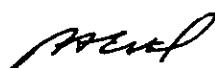
Conselheiro REMIS ALMEIDA ESTOL, Relator

O recurso atende aos pressupostos de admissibilidade, devendo, portanto, ser conhecido.

O ponto central da questão submetida a esta Câmara está no fato de saber se o IRF pago sobre dividendos auferidos pela investidora no ano calendário de 1995, é antecipação daquele devido por esta última ou se, ao contrário, se torna definitivo diante da inexistência de lucros à distribuir (prejuízos) na beneficiária, e mais, diante do fato de que, a partir do ano calendário de 1996, não mais são tributadas as distribuições de lucros, o que impediria a compensação futura.

Questão idêntica foi submetida à Câmara Superior de Recursos Fiscais que, pelo Acórdão nº. CSRF/04-00.136, decidiu pela possibilidade de compensação, em decisão assim ementada:

IRRFONTE – DIVIDENDOS – PREJUÍZO – LUCROS AUFERIDOS NOS ANOS BASE DE 1994 e 1995 – COMPENSAÇÃO – RESTITUIÇÃO. Em havendo prejuízos, o contribuinte tem direito à compensação/restituição do IRF sobre dividendos, mesmo após o advento da Lei nº. 9249, de 1995, possibilidade expressa na Instrução Normativa nº. 12/99, que rechaça a hipótese de definitividade prevista na letra “c” do § 1º. do art. 2º. da Lei nº. 8849, de 1994, com a redação que lhe deu a Lei nº. 9.064, de 1995.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 13805.008930/98-75  
Resolução nº. : 104-1.984

Nessa linha, tenho que a própria Administração consagrou esse posicionamento ao editar a Instrução Normativa nº. 12/1999, em seu artigo 2º., que alcança a hipótese discutida nos autos, *in verbis*:

"Art. 2º. O valor do imposto de renda retido na fonte sobre lucros e dividendos recebidos pela pessoa jurídica, relativos aos períodos de apuração encerrados em 1994 e 1995, que a beneficiária não puder compensar em virtude da inexistência, em sua escrituração contábil, de saldo lucros sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte quando distribuídos, poderá ser compensado com o imposto que esta retiver na distribuição, a seus sócios ou acionistas, de bonificações em dinheiro e outros interesses, inclusive com o retido sobre os valores pagos ou creditados a título de juros remuneratórios do capital próprio."

Como se vê, a simples leitura do ato normativo acima transcrito, é mais do que suficiente para afastar a tese de "definitividade" envolvendo o IRRFonte cuja natureza, na ocasião dos efetivos recolhimentos, era antecipatória e, como tal, mera política de arrecadação, não se podendo obstar, por óbvio, o direito à compensação.

Não obstante, penso que existem dúvidas quanto aos elementos materiais que dariam o devido suporte fático ao pedido de compensação, mesmo porque não foram expressamente atestados pela fiscalização.

Em sendo assim, encaminho meu voto no sentido de CONVERTER o julgamento em diligência, para que a DRF – São Paulo:

- a) Confirme a efetividade da retenção;
- b) Confirme o ingresso nos cofres da Fazenda do valor recolhido e objeto do pedido de compensação; e



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 13805.008930/98-75  
Resolução nº. : 104-1.984

- c) Confirme a existência de prejuízos na contabilidade da requerente, em 31.12.1995, bem como a inexistência de lucros anteriores passíveis de distribuição.

Sala das Sessões - DF, em 24 de maio de 2006



REMIS ALMEIDA ESTOL